

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

Ana Paula da Silva Soares¹

Ana Carla Paiva de Moura²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da modalidade de Ensino a Distância (EaD) como política pública de ensino para a formação social, nos diferentes contextos das políticas públicas educacionais. O artigo apresenta uma discussão e análise dessas políticas no que se refere ao progresso da Educação à Distância (EaD) e de suas implicações para a democratização da educação. O crescimento do número de estudantes na EaD justifica a necessidade de se discutir o caráter democrático do acesso, em contraposição a um discurso que preza pelo atendimento quantitativo quanto à formação da população brasileira em nível de Pós Graduação. Como resultados, as análises realizadas revelaram que a busca pelo conhecimento está crescendo, atrelado a isso surgem necessidades de expansão dos saberes por diferentes meios, sejam eles transmitidos a distância ou presencial. Dessa forma é viável que as instituições prezem por um repasse de conhecimentos sistematizados e eficazes capazes de proporcionar a transformação da sociedade, assim teremos seres mais críticos e aptos a repassarem seus conhecimentos a outrem.

Palavras-chave: Políticas públicas em educação à distância. Democratização. Transformação social.

1. INTRODUÇÃO

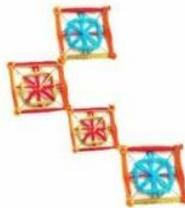
Os cursos a distância estão previstos no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (DOU, 23 de dezembro de 1996 - Seção 1 - Página 27839), regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Observa-se que no intervalo da 1996 a 2005, a modalidade EaD tem crescido no país, acompanhando o progresso dos meios tecnológicos e de comunicação (MEC, 2017).

Esse estudo buscou analisar a importância da qualidade do ensino a distância, em especial na sua capacidade de proporcionar a formação e transformação social dos cidadãos. Foi realizado um estudo de caso sobre o curso de Especialização em Gestão Pública a distância ofertado pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através de um recorte, no Polo Carpina.

A EaD é uma modalidade de ensino que, também no Brasil, há bastante tempo vem sendo oferecida. A primeira geração da EaD foi marcada, pela oferta de curso por correspondência. Corroborando com essa perspectiva, encontra-se no documento sobre os

¹ Pós – Graduada em Linguística pela Facol(Faculdade Osman Lins) e em Gestão Pública pela UFRPE. E-mail: anasoaresanal@hotmail.com

² Mestre Profissional em Gestão Pública pela UFPE. E-mail: mourau@gmail.com



Referências de Qualidade para o Ensino Superior à Distância que: “No contexto da política permanente de expansão da educação superior no País, implementada pelo MEC, a EaD coloca-se como uma modalidade importante no seu desenvolvimento” Brasil (2017, p. 2).

Nessa perspectiva o ambiente inovador que a EaD pode proporcionar, apresenta-se como um agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas. A intenção desse modelo é que o aluno seja instrumentalizado para investir em sua formação, apropriando-se de conhecimentos e praticando uma relação mais dialógica com os professores, assim sendo o ensino será pautado em fatores que fundamentam a aprendizagem e possibilitam um conhecimento integrador. Esse estudo foi motivado a partir da análise dessas questões, tendo em vista que a pesquisadora é estudante do curso, vinculada ao Polo Carpina e, essas inquietações despertaram o interesse em ampliar conhecimentos e possibilitar o diálogo com o tema relevante e de cunho atual.

Através deste breve cenário, a questão que se coloca é "De que maneira a modalidade de Ensino a Distância (EaD) pode oferecer mais qualidade na formação social dos cidadãos?" Assim, intencionando responder essa questão, bem como atender ao objetivo do estudo, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: entender as políticas públicas e suas aplicações na educação a distância, apontando sua importância na formação social do cidadão; identificar as leis e diretrizes que asseguram a EaD como educação formal e de qualidade e analisar aspectos relevantes da qualidade do Ensino a Distância (EaD).

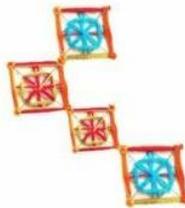
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas Públicas, Educação a Distância e Formação Social

O Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, assegura no art. 9º que “o ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas”. Diante dessa perspectiva depreende-se que ambas as instituições disponibilizam de cursos à distância, porém cada uma com suas peculiaridades. Assim sendo, a oferta de cursos nas instituições em geral possibilita a ampliação de estudantes inseridos em Universidades e garantem a formação em diferentes cursos ofertados.

Para dar início a discussão sobre a EaD, é necessário definir Políticas Públicas como referência do estudo. Nessa perspectiva pode-se considerar a seguinte definição:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está



amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (RUA, 2009, p.20, grifo do autor).

As políticas públicas são resultantes das atividades políticas e consiste na resolução de conflitos de maneira pacífica, processo essencial à vivência harmoniosa em sociedade. Moore e Kearsley (2008, p. 2) definem que a Educação a Distância é: “[...] o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.”. O estudo mostra que para defender seus interesses, os atores políticos mobilizam recurso de poder, aos poucos, através do diálogo e debates acerca do assunto, concepções são formadas, pontos de vista são debatidos entre os membros do governo e outros atores, e negociações vão sendo feitas para melhor se implantar projetos e se evitar conflitos entre os próprios atores sociais.

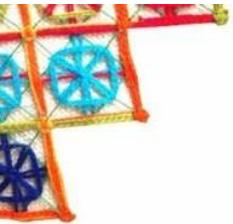
A EaD apresenta-se como uma alternativa flexível e autônoma, por contribuir para a efetivação dessas formações. Com o avanço tecnológico essa separação diminuiu, pois os encontros virtuais possibilitam um contato frequente e por conseguinte se tem a socialização de conteúdos entre professor e aluno. Para que isso aconteça é necessário que se construam modelos e processos de funcionamento nas diversas estruturas que compõem a empresa/ escola, com os próprios modelos adotados no processo de gestão.

2.2. Leis e diretrizes que asseguram a EaD

As oportunidades de acesso ao Ensino Superior possuem algumas limitações e de certa forma podem não se enquadrar num cenário em constante mudança no mercado de trabalho, assim se por um lado as novas tecnologias revolucionaram a EAD, por outro, encontra-se quem garante que a legislação que a ampara apenas limita a ação dessa modalidade. Na concepção de Christina (2011, p. 18): “No Brasil, a EAD surge como possibilidade de difusão e de democratização da educação de qualidade e como uma das melhores opções para a inclusão social, e para a melhoria quantitativa e qualitativa do processo educacional[...]”

A Educação a Distância foi conceituada no Brasil por meio do citado Decreto nº 5.622 (Brasil, 2005):

Art. 1º: Para os fins deste Decreto, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.



Amparada no decreto nº 5.622 (Brasil, 2005): a Educação à Distância traçou um papel importante na educação contemporânea, proporcionando diversos avanços por superar limites de espaço e tempo inerentes às formas tradicionais da educação presencial aliada ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), com ênfase para a internet.

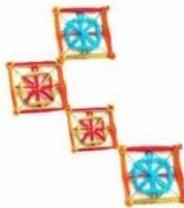
Nesse âmbito Moore e Kearsley (2008, p.2) dizem: “Professores em sala de aula utilizam cada vez mais tecnologia para oferecer programas de aprendizado individual para estudo fora da sala de aula, a fim de apoiar métodos face a face para grupos”, assim é importante que os agentes presentes nesse processo estejam aptos e interessados a interagir por meio das tecnologias de informação e comunicação.

2.3 Aspectos relevantes da qualidade do Ensino a Distância (EaD).

Após a adesão da EaD como modalidade no Brasil (LDB nº 9.394/96) e regulamentar (Decretos nº 2.494/1998; 2.561/1998 e a Portaria nº 301/1998), e posteriormente com a criação de instrumentos jurídicos, foi criada uma Comissão com o intuito de debater algumas propostas referentes a cursos superiores a distância (Portaria nº 495/2000). Posteriormente se teve a implantação de Indicadores de Qualidade, e aprovou-se o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), para Cursos de Graduação a Distância, publicados em maio de 2000 pelo MEC, com o intuito de “orientar as Instituições e as Comissões de Especialistas que forem analisar projetos de cursos de graduação a distância” (MEC, 2000, p. 3). Porquanto, se passou a ter um documento que orienta a esfera da EaD, mas também norteia elaboração dos projetos a serem apresentados.

Os indicadores e leis que regem a EaD como modalidade de ensino são de grande importância para as instituições, pois se caracterizaram como diretrizes gerais da educação a distância, buscando a descrição, nos processos de credenciamento e formação de identidade da EaD.

Devido à necessidade de uma abordagem fundamentada, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância forma estabelecidos pelo MEC, que devem favorecer a compreensão de categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Nesse sentido os referenciais de qualidade propostos pelo MEC (2008, p.8) enfoca que eles devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:



- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infra-estrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira.

Os recursos educacionais por serem maleáveis e de fácil acesso nas diferentes esferas educacionais seja em casa, no trabalho ou em algum lugar que permita o acesso a plataforma tem garantido o ensino a distância e de qualidade na sociedade brasileira.

Atrelado à interação professor-aluno, tem-se a relação entre os estudantes, seja de forma virtual ou no encontro presencial, essa prática favorece a interação, retirada de dúvidas, mobilização e socialização dos saberes. Para assegurar a comunicação/interatividade professor-aluno, Moreira (2003, p.4) discerne que a instituição deverá estabelecer estratégias de planejamento para garantir que os estudantes evoluam nos estudos. Assim a modalidade de educação a distância merece um olhar diferenciado e deve ser planejado com cautela por parte dos profissionais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa no que se refere aos seus objetivos, classificou-se como bibliográfica e descritiva com aparato no estudo de caso e na pesquisa de opinião, pois os dados coletados atenderam ao formato imparcial. Yin (2001, p.33), destaca que “o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados.”

O público alvo dessa pesquisa, foram os estudantes das três turmas do Polo Carpina do Curso de Especialização em Gestão Pública - UAB, II oferta UFRPE, na modalidade EaD. Mensalmente são realizados encontros presenciais que contam com uma Avaliação Presencial das disciplinas (módulos) nos polos presenciais de apoio, integrantes do sistema UAB-UFRPE. De acordo com a coordenadoria, no Polo Carpina aproximadamente 70 alunos realizaram o curso, no entanto nos primeiros módulos, como esperado, houve uma evasão nas turmas. O perfil dos estudantes, em geral, são servidores públicos, alguns gestores, de formações nos mais variados Cursos Superiores (administração, direito entre outros). UFRPE (Carpina, 2019).

No período de 20 a 29 de fevereiro de 2020 foram enviados aos estudantes, por e-mail, o Termo de Esclarecimento da Pesquisa e o questionário. O termo explicava e esclarecia sobre



a pesquisa e o seu objetivo. Os e-mails foram enviados a 50 alunos regularmente matriculados e destes 20 responderam ao questionário, considerando que a base de dados não estava atualizada, assim não foi possível filtrá-los. Foi utilizada a lista disponibilizada no início do curso, dessa forma havia alunos que desistiram e alguns e-mails desatualizados, o questionário foi previamente configurado e nenhum aluno poderia responder duas vezes nem editar respostas já enviadas, pois as respostas foram obtidas através de um link enviado por e-mail.

Em relação a abordagem do problema, esta pesquisa abrangeu os métodos qualitativo e quantitativo e foi realizada através da aplicação de um questionário online pelo google doc, com respostas a partir de uma escala Likert, foi utilizada com o objetivo de medir posturas e opiniões. O questionário estruturado apresentou cinco questões fechadas, com o intuito de atender aos critérios de inclusão e exclusão, considerando assim o número de estudantes que se disponibilizam para responder ao questionário. A pesquisa qualitativa segundo Neves visa descrever os significados de diferentes formas interpretativas. “Em certas medidas, os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia a dia, que tem a mesma natureza dos dados que o pesquisador qualitativo[...]” Neves (1996, p.1)

A amostra foi probabilística e se relacionou a procedimentos que foram utilizados como forma de seleção aleatória dos partícipes da pesquisa. O tipo de amostragem utilizado no trabalho foi intencional, considerando o público-alvo de interesse da pesquisa pertencente à universidade em que atende a demanda da modalidade a distância.

Yin (2001, p. 17), enfoca que “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade.” Essa maneira de se pesquisar foi de relevante importância, pois as informações obtidas, além de ajudarem na busca de novas teorias, serviram como base para o estudo, dando um aparato para uma discussão pautada em informações concisas.

O estudo realizado enfatizou a importância da qualidade do EaD e suas contribuições para a sociedade, traçou, discutiu, trabalhou e aplicou metas junto aos objetos da pesquisa. Para isso, a pesquisa se baseou em estudos presentes nos Referenciais de qualidade para educação superior a distância e Leis pertinentes ao assunto. Partindo das considerações apresentados pelos autores e pelo documento de Referenciais de Qualidade do Ensino Superior a Distância, o trabalho analisou e coletou os dados sobre os posicionamentos dos discentes a respeito da qualidade do ensino a distância, complementando o estudo bibliográfico realizado pela pesquisa. Os resultados foram analisados e estudados para a compreensão do assunto. Os dados



foram utilizados durante as fases de coleta e de análise, que possibilitaram o pluralismo metodológico dentro do processo de pesquisa.

4 - RESULTADOS

Neste item, apresenta-se brevemente o lócus do estudo e procede-se uma análise e discussão dos resultados referentes ao questionário que buscou na opinião dos respondentes do curso de especialização na modalidade EaD, subsidiar a análise da importância da qualidade do ensino a distância, em especial na sua capacidade de proporcionar a formação e transformação social dos cidadãos

A fase de elaboração do instrumento foi cuidadosamente realizada. Para o questionário poder aumentar a taxa de respostas, foram elaboradas perguntas e respostas curtas e claras, que tivessem mais chances de taxas de respostas mais altas. De acordo com Júnior et al (2010, p.34): “A análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno.”

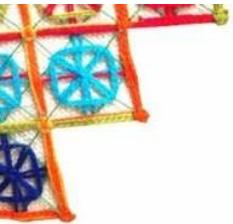
A seguir serão analisadas cada uma das questões e seu embasamento nos itens de qualidade do MEC.

Análise da questão de número 1

1. O Sistema de Comunicação adotado pelo curso (Coordenação, Professores, Polo etc.) foi eficaz e contribuiu para o bom desempenho do aluno.
20 respostas



Em relação ao sistema de comunicação adotado pelo curso conclui-se que 65% dos estudantes consideram que foi eficaz e primordial para o bom desempenho do aluno. 30% dos estudantes concordam parcialmente e apenas 5% foi indiferente a esta questão. O MEC (2007, p.10) infere a seguinte discussão: “Portanto, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser disponibilizado.”



O item de qualidade referente aos sistemas de comunicação é um ponto que busca descrever como se dar a interação entre estudantes, tutores e professores ao longo do curso, em relação a este item é perceptível que 65% dos alunos regularmente matriculados e partícipes da pesquisa consideram que a modalidade EaD disponibiliza instrumentos necessários para que o aluno possa interagir, aprender e desenvolver suas habilidades comunicacionais ao longo do curso. Nesse sentido a educação a distância tem proporcionado a comunicação e o diálogo entre todos os agentes do processo educacional.

A pergunta 2 apresentou o seguinte resultado para a questão do material didático oferecido pelo curso, o que se encontra disposto no gráfico 2.

2. Quanto ao Material didático (Apostilas, Vídeos, Textos etc.), na sua opinião encontraram-se atualizados e estiveram em conformidade com o plano de ensino.
20 respostas

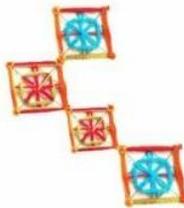


A leitura do gráfico informa que 80% dos alunos concordam que o material didático oferecido está em conformidade com o plano de ensino e 15% concordam parcialmente. Apenas 5% se encontram indiferentes enquanto esse ponto. O referencial de qualidade sobre o oferecimento do material didático está relacionado às formas de se absorver e adquirir meios para a aprendizagem sistemática. Sobre isso o MEC (2007, p.13) discute o seguinte:

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

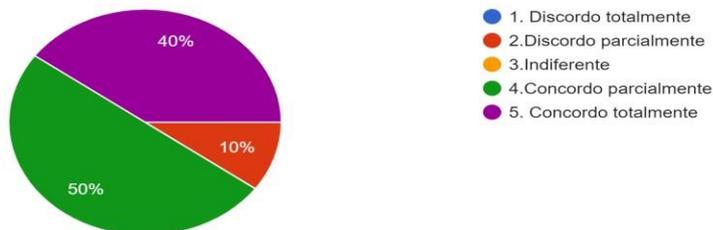
Nesse sentido o oferecimento de materiais didáticos está em consonância com o item de qualidade, uma vez que 80% dos estudantes responderam positivamente sobre essa questão, pois enquanto membros da instituição foram atendidos conforme assegura os referenciais propostos pelo MEC.

A pergunta 3, que aborda o sistema avaliativo, apresentou o seguinte resultado disposto no gráfico abaixo.



3. O Sistema avaliativo (Trabalhos individuais, em grupo, provas etc.) contribuiu para a sua aprendizagem.

20 respostas



O referencial sobre a avaliação, discute a necessidade de se obter dois tipos de avaliação: aprendizagem e a institucional. Sobre a institucional o MEC (2007, p.16-17) destaca o seguinte: “Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Analisando o gráfico sobre esse ponto, 40% dos estudantes concordam parcialmente e 50% concordam totalmente que a avaliação é de suma importância para a aprendizagem dos alunos. Apenas 10% discorda parcialmente, pois acreditam que a avaliação não interfere totalmente na aprendizagem.

Os caminhos trilhados pelas avaliações são diversos e tem comprovado que nem sempre ela traz resultados satisfatórios, embora possa facilitar e proporcionar discussão e análise entre os participantes, divulgando a cultura de avaliação, fornecendo elementos metodológicos e agregando valor às diversas atividades do curso e da instituição como um todo.

A questão de número 4 está relacionada aos horários de atendimento da tutoria em se tratando de dar suporte necessário ao aluno para melhor socialização dos assuntos abordados nas diferentes disciplinas.

4. Os horários de atendimento da tutoria foram adequados para dar suporte necessário ao aluno.

20 respostas



Analisando a questão sobre o suporte e atendimento ao aluno temos que 70% dos



estudantes concordaram que os professores tutores deram suporte necessário para que o aluno retirasse dúvidas, por exemplo e respondessem as questões propostas com clareza. 20% concordaram parcialmente e apenas 10 % forma indiferente. Esse item está relacionado a forma como o tutor se prontifica para facilitar a aprendizagem a distância, pois desempenha papel importante no processo educacional de cursos superiores a distância e compõem quadro diferenciado, no interior das instituições. Nos itens de referência o MEC (2007) destaca que as instituições devem possuir um sistema de tutoria favorável que possibilite uma educação a distância de qualidade.

O gráfico que embasa a questão de número 5 se relacionada a qualidade das informações repassadas aos alunos, e se estas são viáveis as necessidades dos alunos.

5. A qualidade das informações e as orientações prestadas atenderam às necessidades do aluno.
20 respostas



Observando a 5ª questão temos que 65% dos alunos concordaram totalmente que todas as informações foram viáveis e proporcionaram uma aprendizagem eficaz. Temos também que 35% concordam parcialmente. Diante do exposto fica evidente que o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para o tutor quanto para o exercício das funções, para isso é necessário que se ofereçam capacitações capazes de nortear o trabalho desses agentes. Esses fatores contribuem efetivamente para o repasse de conhecimentos e informações cada vez mais verídicas e socializadoras, como forma de proporcionar a democratização social e a cidadania.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e análise dos dados mencionados no artigo são fundamentais para melhor se compreender a importância da modalidade à distância, no que tange às contribuições das políticas públicas criadas para democratizar o ensino. O estudo possibilitou reconhecer que a EaD possui na sociedade um papel socializador, na medida em que atende às necessidades dos cursos de formação superior, em nível de Graduação e Pós Graduação.

Diante dessa perspectiva compreende-se que as instituições públicas devem dar o norte para viabilizar projetos que possibilitem ainda mais a inserção dos seres humanos e o acesso



aos diferentes cursos oferecidos na atualidade. A partir do estudo analisado foi possível perceber que a EaD tem influenciado positivamente na formação das pessoas, uma vez que os pontos analisados permitiram concluir que as esferas presentes nessa modalidade como materiais didáticos, sistema de comunicação, sistema avaliativo, e principalmente atendimento da tutoria em ambientes virtuais possibilitam a aprendizagem.

Diante do exposto depreendeu-se que o ensino a distância tem passado por transformações significativas no que tange aos avanços e ao acesso a uma formação em nível de pós graduação. Como bem destaca Gomes e col. (2014, p.5): “Desde sua normatização até os dias de hoje, houve muitas tentativas políticas na intenção de utilizar a EAD como uma forma de democratizar o acesso ao ensino superior, promover a cidadania e facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.” Nesse prisma percebe-se que o ensino a distância pode estimular o educando a ter uma postura mais ativa no processo de aprendizagem, promover a cidadania e facilitar a inserção no mercado de trabalho. Espera-se, portanto, que este estudo contribua para ampliar as vertentes da EaD, de maneira a trazer para a pauta das análises contribuições dessa expansão quanto a educação à distância.

A expectativa é que esse estudo possa contribuir para o conhecimento e aperfeiçoamento dos saberes da UAB - Carpina - PE, bem como todos os cursos que essa tem ofertado e o trabalho acadêmico que tem desenvolvido para valorizar a modalidade EAD, contribuindo assim para a universalização e a democratização do acesso ao saber, do contínuo aperfeiçoamento do fazer, da ampliação da capacidade de transformar e criar, trazendo eficácia em cursos ofertados .

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB** n.9394, de 20 de dezembro de 1996 - Diário Oficial da União em 23 de Dezembro de 1996.

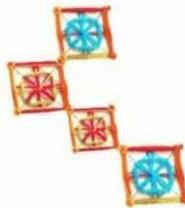
BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.172. **Plano Nacional de Educação – 2001-2011**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a distância.2007**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <
<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5622.htm>> Acesso em 20 de ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Legislação da Educação a Distância**, 2018. Disponível em: <
<http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o->



[CEE.PE-n%C2%BA-1.2018.pdf](#)> Acesso em: 10 out. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2019.

CECÍLIA, M. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. ed.21. Petrópolis: vozes, 1994.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHRISTINA, S.F.L: **Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil**. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/Artigo_02.pdf.> Acesso em 20 de dez. 2019.

FRANÇA, A. **Gestão humanizada: Lideranças e resultados organizacionais**. Rio de Janeiro: copyright, 2016.

KENSKI, V. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. São Paulo: Papirus, 2007.

MATTAR, J. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MORAN, J. **O que é educação a distância**. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br>. > Acesso em: 18 Jan. 2019.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: LTDA, 2008.

MOREIRA, C.N. **Referenciais de qualidade para cursos a distância**: Brasília 2003.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2º sem. 1996.

RUA, M. **Políticas Públicas**. 1.ed. Florianópolis: Brasília, 2009.

VIANNA, Luciano José; ATAIDE, Cintia Aparecida; FERREIRA, Marussa Campos. **Educação a distância no Brasil: cotidiano, prática, avanços e perspectivas**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1635>> Acesso em: 28 dez. 2019.

YIN, R. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: 2001.